Natália Ledur Alles
Unisinos

**Clandestinidade e estigma:
reflexões sobre a visibilidade
comunicacional de
mulheres prostitutas**

**Clandestinity and stigma:
contemplations about
communicational visibility
of sex workers**

**Clandestinidad y estigma:
reflexiones acerca de la
visibilidad comunicacional de
las mujeres prostitutas**

RESUMO

Este artigo pretende propor uma discussão sobre a importância da visibilização em espaços comunicacionais das narrativas de prostitutas, para que se possa construir e circular enquadramentos que mostrem a heterogeneidade dos indivíduos que compõem o grupo de profissionais do sexo. Acredita-se que tal visibilidade pode contribuir para a transformação de representações que os posicionam entre os polos da culpabilização e da vitimização. A discussão é oriunda de minha pesquisa de doutorado, que teve como procedimentos metodológicos a análise de 65 textos publicados na internet e a realização de entrevistas com oito mulheres prostitutas e de um trabalho de campo. A partir disso, buscou-se problematizar a escassa presença de falas de prostitutas nos textos analisados e refletir a respeito da visibilidade como potencial modificador de estereótipos, mas também como condição que pode aprofundar a marginalização e a discriminação enfrentada cotidianamente pelas trabalhadoras do sexo.

Palavras-chave: Comunicação. Visibilidade midiática. Prostituição. Cidadania.

ABSTRACT

This article aims to discuss sex workers' narratives visibility importance on communicational content in order to build and circulate media frames which show the heterogeneity of sex workers, and also to change social representations which think about them as victims or guilty people. Based on a 65 media texts analysis, eight deep interviews and a fieldwork developed during my Doctoral Dissertation, we aim to indicate the low presence of sex workers' narratives in the analysed content. We contemplate visibility as a potential stereotype's changer, but also as a condition which can make their marginalization and stigmatization even deeper.

Key-words: Communication. Media visibility. Sex work. Citizenship.

RESUMEN

Este artículo propone una discusión acerca de la importancia de la visibilidad en espacios comunicacionales de las narrativas de prostitutas para la construcción y circulación de encuadres que muestren la heterogeneidad de los individuos profesionales del sexo. También se cree que la visibilidad hace posible la transformación de las representaciones que los ponen entre los polos de la culpabilización y de la victimización. El artículo parte del análisis de 65 textos publicados en internet, de la realización de entrevistas con ocho mujeres prostitutas y de un trabajo de campo, procedimientos desenvueltos en mi investigación de doctorado. Se pretende problematizar la escasa presencia de discursos de trabajadoras del sexo en los textos y reflexionar acerca de la visibilidad como potencial transformador de estereotipos, pero también como condición que puede profundizar la marginalización y la discriminación enfrentada cotidianamente por las trabajadoras del sexo.

Palabras-clave: Comunicación. Visibilidad mediática. Prostitución. Ciudadanía.

Submissão: 1-7-2016

Decisão editorial: 25-8-2017

1. Introdução: pensar a prostituição

A prostituição é um fenômeno que remete a representações hegemônicas de caráter negativo vinculadas às ideias de submundo, de impureza, de devassidão. Em um sistema moralista que valoriza a união sexual monogâmica, a fidelidade feminina e a família heteronormativa, as sexualidades insubmissas como a das prostitutas são colocadas em um lugar marginalizado. Ao pensarmos sobre prostituição, encontramos explicações prontas e cristalizadas acerca do tema e lugares demarcados para os personagens envolvidos nessas relações.

Por meio de argumentos morais que pensam a prostituição como algo sujo e uma ameaça às famílias, de críticas à comercialização de serviços sexuais ou de denúncias sobre a opressão que a atividade engendraria, profissionais do sexo são uma categoria constantemente marginalizada desde o século XIX. Em inúmeros países, quando não correm o risco de ser criminalizadas e presas, não possuem acesso a direitos trabalhistas, enfrentam patrulha religiosa, repressão policial e controle sanitário e encontram dificuldades para assumir seu trabalho perante familiares e amigos. No Brasil, como já apontava Iara Ilgenfritz da Silva (1985) há 30 anos, a prostituição não é proibida, mas são estabelecidas limitações ao exercício dos

direitos civis das prostitutas e elas são privadas de seus direitos sociais.

Como temos pouco acesso a essas pessoas, vão sendo construídos e perpetuados discursos que corroboram a estigmatização das prostitutas ao pensá-las com frequência entre os polos da vitimização e do desvio comportamental. Assim, é comum encontramos opiniões que defendem que prostitutas precisam ser salvas, que as criminalizam ou as consideram culpadas por seu modo de vida. Além disso, ao serem representadas como desviantes que não seguem os padrões vigentes, defende Carmen Gregorio Gil (2009), tais mulheres são pensadas como perigosas. Cria-se, então, mais um estereótipo que dificulta um olhar positivo a respeito do fenômeno e sobre os indivíduos que nele se envolvem.

É comum que apenas argumentos econômicos sejam usados nas tentativas de explicação para a participação de mulheres no mercado do sexo, buscando justificar uma dita “queda” moral a partir da ideia de que somente a extrema pobreza ou a absoluta falta de oportunidades levariam à prostituição. Para Olivar (2013), as perspectivas do trabalho e do comércio são esferas possíveis para se aproximar da prostituição, mas, além disso, é preciso compreendê-la como uma ideia cultural, um espaço de práticas, de experiências e de sociabilidade entre mulheres tidas como marginais e perigosas. Dolores Juliano (2002) defende que a opção pela prostituição é construída socialmente e deriva dos significados atribuídos às alternativas de vida existentes, que se constituem também a partir das histórias individuais, dos condicionamentos das culturas específicas em que os sujeitos

estão inseridos e dos mecanismos a partir dos quais os indivíduos constroem sua autoestima.

A desqualificação da prostituição como uma possibilidade e a estigmatização sofrida por quem a pratica também foram objeto de reflexão de Laura Agustín (2013a, 2013b), que considera que o estigma que afeta as trabalhadoras do sexo teria um componente diferente de outras categorias estigmatizadas¹ por ter a pretensão de controlar as mulheres separando-as em grupos de boas e más, de acordo com seu comportamento sexual. É o mesmo que diz Juliano (2010), para quem as diferentes estigmatizações que afetam as mulheres estão ligadas às construções dos papéis de gênero, que canalizam desconfiança e agressividade social para a sexualidade feminina como forma de controlar as mulheres não estigmatizadas. O enorme desprestígio social da prostituição não estaria relacionado à atividade, mas ao fato de ser historicamente um meio de sobrevivência e autonomia das mulheres. Por causa da forte pressão estigmatizadora, tal possibilidade de autonomia acaba sendo enfraquecida ou desestimulada. A prostituição seria construída como uma atividade incorreta na tentativa de criar um modelo desvalorizado que mostrasse às mulheres o que lhes estava reservado se não cumprissem as normas de conduta impostas pela sociedade.

A estigmatização que recai sobre a prostituição, o *estigma da puta* (PHETERSON, 1996), levou a que, devido às identidades corrompidas dessas mulheres, muitos tenham se sentido no direito de falar por elas.

¹ Embora aponte a diferença entre o *estigma da puta* e outros estigmas, ela salienta que isso não significa que as mulheres prostitutas sofram mais – ou menos – com isso do que outros sujeitos estigmatizados (AGUSTÍN, 2013b).

Assim, a possibilidade de que as prostitutas possam ser racionais, pragmáticas e autônomas é desacreditada por diversos argumentos elencados e criticados por Agustín (2013a): tais mulheres não entendem o que estão fazendo porque não receberam educação; elas sofrem de falsa-consciência, ou seja, não conseguem reconhecer que são alvo de opressão; são usuárias de drogas ou têm problemas psicológicos, por isso têm seu raciocínio prejudicado; são manipuladas por suas famílias. Quando são migrantes, pertencem a culturas "atrasadas"; foram forçadas por pessoas más a viajar, então não são verdadeiras migrantes e suas experiências não contam; sofreram lavagem cerebral por parte de seus exploradores, então seus relatos não são confiáveis. A partir de argumentos como esses, as prostitutas são isoladas na sociedade e o estigma também atua como empecilho para que elas possam desenvolver outras atividades laborais se assim desejarem.

Partindo dessas considerações, este artigo mostra uma reflexão desenvolvida durante minha investigação de doutorado. Resumidamente, a pesquisa buscou compreender os enquadramentos comunicacionais sobre prostituição presentes em textos publicados em espaços comunicacionais que tematizam o projeto de lei 4.211/2012, também conhecido como PL Gabriela Leite, que propõe a regulamentação da prostituição como profissão e a descriminalização das casas de prostituição.² Proposto pelo deputado Jean

² O projeto prevê alçar a prostituição à categoria de profissão, permitindo que prostitutas exijam juridicamente o pagamento pelos serviços sexuais prestados e possam desfrutar de aposentadoria especial após 25 anos de trabalho, já que, conforme a proposta, atualmente os profissionais do sexo sujeitam-se a condições de trabalho indignas,

Wyllys (PSOL-RJ), o projeto foi construído com o apoio da Rede Brasileira de Prostitutas.

Para a pesquisa, foram analisados 65 textos³ publicados na internet, oriundos de procedências autorais/organizacionais diferentes, assim nomeadas: *portais de notícia, textos feministas, textos religiosos, blogs ou sites de artigos, sites institucionais, ONGs ou partidos políticos, sites governamentais/legislativos*.⁴

encontram poucas oportunidades na carreira e sofrem com envelhecimento precoce. As pessoas trabalhadoras do sexo poderão prestar serviços de forma autônoma ou organizadas coletivamente em forma de cooperativas. O projeto também propõe a descriminalização das casas de prostituição, considerando que a legalização dos vínculos entre os donos dos locais de prostituição e as profissionais do sexo impedirá ou, no mínimo, dificultará o estabelecimento de relações de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras da área.

³ Não sendo possível mapear todos os textos publicados sobre o assunto na internet, selecionamos o corpus de pesquisa por meio de busca nas dez primeiras páginas do buscador Google, partindo do PL Gabriela Leite como objeto da busca. Por esse modo de procura, foi possível encontrar textos construídos com variadas orientações e posicionamentos. Tratando-se de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, acreditamos ser interessante contemplar na análise também textos publicados ou divulgados pela agência de notícias da instituição, já que eles apresentam os debates travados pelos legisladores e também são utilizados como base em matérias jornalísticas e em artigos publicados na internet. Além disso, foram adicionados ao corpus de pesquisa os textos relacionados ao tema que são indicados – como “Leia Mais” ou “Veja Também”, por exemplo – nas matérias e artigos encontrados na primeira busca.

⁴ Os textos analisados foram publicados nos seguintes sites: 1) Portais de notícias: IG, revista Fórum, UOL, Sul21, Agência Pulsar, R7, Carta Capital, Carta Maior, Brasil de Fato, Conexão Jornalismo, Sistema MPA de Comunicação, Tribuna do Planalto, Observatório da Imprensa, Outras Palavras, Portal Timon FM; 2) textos feministas: Coletiva Manas Chicas, Comitê pela Abolição da Prostituição, Marcha Mundial de Mulheres, Blogueiras Feministas, Ação Antisexistas, Correio 24 horas, site Liberdade,

Além de identificar os enquadramentos sobre o tema, procurou-se observar se as narrativas de pessoas que atuam na área são contempladas na construção de representações postas em circulação pela internet. Pretendeu-se também perceber o que trabalhadoras do sexo pensam sobre sua atividade e como se percebem visibilizadas nos meios de comunicação. Para isso, foram efetuadas entrevistas em profundidade com oito mulheres prostitutas que atuam no centro de Porto Alegre, com diferentes idades e que possuem variadas experiências no mercado do sexo – aqui chamadas de Alana, Ana, Márcia, Milena, Paola, Raquel, Simone e Silvana. A pesquisa compreendeu ainda, no ano de 2013, um trabalho de campo feito junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP), entidade vinculada à Rede Brasileira de Prostitutas que há mais de 20 anos congrega trabalhadoras do sexo e desenvolve ações com o objetivo do exercício da cidadania e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Constatamos nos textos analisados que, por mais que os enquadramentos circulantes acerca da prostituição incidam na vida das mulheres que a exercem, não há narrativas abundantes construídas pelas próprias prostitutas sobre como vivenciam seu trabalho,

Socialismo e Revolução, site Ecosocialismo ou Barbárie; 3) textos religiosos: Gospel+, Gospel Prime, Comunidade Católica de Vida e Aliança Jesus está Vivo, Guerreiro do Apocalipse, G Notícias; 4) blogs ou sites de artigos: Blog Diálogos Políticos, blog Indumentária (Bem Paraná), Papo de Homem, Blog da Gláucia Lima, Blog da Bia Oliveira, blog do Roney Maier, Sempre Tops, Brasil Lovers; 5) Sites institucionais, ONGs ou partidos políticos: site deputado Arolde Oliveira, site do PSOL, PetPOL UNB, Childhood Brasil, OAB/RJ, Notas Públicas da Liga Humanista, Sexuality Policy Watch; 6) Sites governamentais/legislativos: Rádio Câmara, Câmara Notícias, governo do Estado do Rio de Janeiro.

acerca do espaço que a atividade ocupa em seus cotidianos e até mesmo a respeito de questões práticas como a regulamentação da profissão, medida que provavelmente alteraria a atuação na prostituição. Contudo, ao mesmo tempo em que se ponderava sobre a importância de que essas narrativas tenham espaço na produção comunicacional, as falas das prostitutas e as interações travadas no trabalho de campo mostraram as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras do sexo que impedem a divulgação de suas histórias e opiniões e que fazem que grande parte não deseje ter sua imagem exposta. O presente artigo, portanto, propõe uma reflexão acerca da visibilidade midiática e social das prostitutas e as relações com clandestinidade, a estigmatização e a ampliação da cidadania desse grupo.

2. As fontes utilizadas para debater o PL Gabriela Leite

A partir das percepções possibilitadas pelos diferentes procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa, verificamos a existência de uma disputa pelo estabelecimento dos significados da prostituição na sociedade por variados grupos. Em alguns casos, encontramos explicações causais para o fenômeno, como se ele pudesse ser examinado desconsiderando sua complexidade e a diversidade dos sujeitos que nele atuam.

Embora não seja notória em diversos textos analisados, tal complexidade é observável nas falas das prostitutas que participaram da nossa investigação. Pode ser reconhecida nas narrativas de Paola, Milena e Alana, que atestam ser prostitutas para sustentar os filhos, mas cujo início na prostituição se deu por ou-

tros motivos: Alana decidiu deixar um emprego como secretária para dedicar-se somente à prostituição, enquanto Paola e Milena, ainda sem filhos, consideraram que poderia ser um trabalho adequado, já que elas gostavam de sexo. Assim, compreendemos que conhecer as trajetórias e opiniões das trabalhadoras do sexo oportuniza refletir sobre a prostituição sem recorrer a explicações prontas e fixas.

Ouvir os posicionamentos dos sujeitos que vivenciam a experiência da prostituição se constitui, portanto, como fundamental para a elaboração de percepções a respeito do tema. Concordamos com Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009), que defendem que toda experiência social produz e reproduz conhecimento. Ao considerarmos que o saber depende de práticas e atores sociais inscritos em relações sociais dentro de determinada cultura, evidenciamos que grupos e sujeitos marginalizados, como é o caso das prostitutas, são também produtores de percepções e saberes sobre a realidade da qual participam. Tais conhecimentos, porém, muitas vezes são invisibilizados ou desqualificados na realização de pesquisas acerca de minorias e coletivos estigmatizados.

No material coletado nos espaços comunicacionais, não encontramos muitos indícios de que tal escuta seja entendida como necessária, visto que trabalhadoras do sexo são utilizadas como fontes somente em 18 textos, que representam 27,7% da mostra da pesquisa. Ao todo, há 31 falas ou citações de prostitutas – todas mulheres –, sendo duas de “ex-prostitutas” e 16 correspondentes a mulheres com alguma visibilidade midiática: em sete textos, Gabriela Leite, fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, é

fonte ou são apresentadas citações suas retiradas de outros espaços comunicacionais; Cida Vieira, presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais, é fonte em quatro textos; Lola Benvenutti, em três; e Raquel Pacheco, a Bruna Surfistinha, em dois.

Também são consideradas fontes apropriadas ou referências nas abordagens sobre o tema: 16 intelectuais, pesquisadores ou professores universitários; onze parlamentares, que são os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ), Pastor Eurico (PSB-PE), Marco Feliciano (PSC-SP), Arolde de Oliveira (PSD-RJ), João Campos (PSDB-GO), Flávia Morais (PDT-GO) e Rubens Bueno (PPS-PR), os deputados federais que deixaram o Congresso, em 2014, Anthony Garotinho (PR-RJ), Domingos Dutra (SDD-MA) e Severino Ninho (PSB-PE) e o deputado estadual de Minas Gerais Carlos Henrique (PRB); oito militantes feministas, sendo seis representantes da Marcha Mundial de Mulheres. São citados ainda posicionamentos de entidades e setoriais como a Mulheres da CUT, a Mulheres em Luta (PSTU), a organização francesa Scelles, as entidades de prostitutas Da Vida e Aprospb (Paraíba) e o Observatório de Sexualidade e Política. A partir desses apontamentos, é possível ponderar que a abordagem comunicacional acerca do projeto de lei, não dando centralidade às experiências das prostitutas e a suas opiniões e expectativas no que se refere às mudanças que a aprovação de tal lei ensejaria, possui como interesse principal o PL em si e os posicionamentos dos mais variados grupos, mas não as consequências para quem atua no mercado do sexo.

Sendo o proponente do projeto de lei que pretende regulamentar a prostituição, o deputado federal Jean Wyllys consolida-se como a principal fonte sobre

o assunto. Suas declarações são empregadas em 29 textos, ou seja, em quase 45% do corpus da pesquisa. Ele aparece, portanto, em onze textos a mais do que as trabalhadoras do sexo. O parlamentar é qualificado para explicar as intenções do projeto, sua forma de implementação e as mudanças sociais que ele pode acarretar. Todavia, sendo uma medida para melhorar as condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo, não seria importante considerar e apresentar também as opiniões e ponderações desses sujeitos quanto à mudança proposta, seja nas notícias que buscam informar os leitores, seja nos artigos que se posicionam sobre o PL? A compreensão da prostituição oferecida pelas pessoas que nela atuam nos parece indispensável para a formação de pareceres acerca do fenômeno. Embora não consideremos que somente os sujeitos envolvidos possam se posicionar sobre um tema específico, ouvir o que as pessoas estigmatizadas têm a dizer a respeito de suas práticas cotidianas permite ampliar as perspectivas de entendimento sobre a questão. Com base na convivência e nas entrevistas realizadas com prostitutas que atuam em Porto Alegre, constatamos que não é plausível representá-las somente a partir das ideias dicotômicas de vitimização ou culpabilização por suas experiências nessa posição moralmente condenada em nossa sociedade.

Sob essa perspectiva, problematiza-se aqui a escassa presença das falas de trabalhadoras do sexo no conteúdo produzido, que, ao tematizar a prostituição e sua regulamentação, se refere à vida delas. Nas 23 matérias publicadas em portais de notícias que fazem parte da análise, há falas de prostitutas – e de um representante da ONG Da Vida – em oito textos;

entre os 14 textos feministas, somente um mostra relato de prostituta sistematizado pela Associação de Prostitutas da Paraíba e outro cita fala de Gabriela Leite para criticá-la; nenhum dos conteúdos publicados em espaços religiosos apresenta trabalhadoras do sexo como fonte. É digno de realce que, embora o projeto de lei seja destinado a todas as pessoas que atuam na prostituição, nenhum homem trabalhador do sexo é consultado. Apenas uma das 65 matérias, publicada no portal R7 e intitulada “Prostitutas defendem a legalização da prostituição: ‘Estaríamos mais seguras’” (MARTINS, 2014), possui como tema central a opinião das profissionais do sexo sobre a regulamentação de seu trabalho. Em sua maioria, as declarações de prostitutas que constam no material analisado são atribuídas a representantes do movimento organizado, como Gabriela Leite e Cida Vieira, que afirmam a participação da Rede Brasileira de Prostitutas na construção do projeto, e, assim sendo, posicionam-se de forma favorável a ele, ou então são de Lola Benvenuti e Bruna Surfistinha, que conquistaram um reconhecimento midiático e se apresentam como diferenciadas das demais – apesar de não atuarem mais, ambas defendem a regulamentação nos espaços comunicacionais investigados.

3. Estigma, clandestinidade e visibilidade das narrativas de prostitutas

O que é posto em circulação nos espaços de visibilidade midiáticos pode fazer que conheçamos experiências e realidades que não acessamos em nossas rotinas. Como coloca Thompson (2012), o desenvolvimento da mídia aumentou a capacidade de

acompanharmos fenômenos que dificilmente fariam parte de nosso cotidiano. O sociólogo defende que:

...a luta por se fazer ouvir e ver (e impedir que outros o façam) não é um aspecto periférico das turbulências sociopolíticas do mundo moderno; pelo contrário, está no centro dele. O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e dos direitos civis, fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade midiática. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial (THOMPSON, 2012, p. 310).

De acordo com Rousiley Maia (2008), os meios de comunicação viabilizam oportunidades para que os sujeitos produzam sentidos a respeito de si e sobre suas relações com os outros. A visibilidade pode, portanto, fomentar debates politicamente relevantes, colocando em pauta lutas e demandas dos movimentos sociais e provocando mudanças nas relações sociais que se estabelecem presencialmente. Levar em conta visões diferentes e escutar o que dizem os outros, sustenta a autora, pode contribuir para modificar ou subverter representações e discursos hegemônicos. Consideramos, então, que a visibilidade das narrativas de trabalhadoras e trabalhadores do sexo possui a potencialidade de transformar representações sociais negativas e de expor a heterogeneidade das pessoas que atuam como profissionais do sexo. Suas histórias, trajetórias e opiniões podem ampliar

as reflexões acerca da temática e alterar os estereótipos que definem a prostituta como uma completa vítima ou como uma “destruidora de famílias”, pois oportunizam descobrir que muitas dessas mulheres também têm famílias, filhos, netos, companheiros ou companheiras, frequentam instituições religiosas, são consumidoras, estudantes etc. Aproximar-se do que as prostitutas pensam sobre suas próprias experiências na prostituição suscita ainda ponderações a respeito das diferentes formas de relação com os corpos e as sexualidades e põe em discussão questões de gênero e suas interseccionalidades.

Pensa-se aqui na internet – com outras iniciativas de comunicação popular e alternativa – como ambiente em que vozes que não aparecem na mídia tradicional podem circular e que viabiliza o estabelecimento de redes identitárias que, embora possuam assimetrias, podem contrapor as lógicas que excluem determinados cidadãos (COGO, 2010). Considera-se que os espaços comunicacionais da internet oportunizam a grupos historicamente excluídos, como o das prostitutas, ampliar sua participação na cidadania comunicativa – entendida por Maria Cristina Mata (2006) como o reconhecimento de que são sujeitos de direito e de demandas no terreno da comunicação e de que podem exercer esses direitos, e por Denise Cogo (2012, p. 49) como “possibilidades de democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais”. Para Mata (2006), as possibilidades de práticas expressivas são fundamentais para que as pessoas e coletivos possam se estabelecer como sujeitos de demanda e de proposição em múltiplas instâncias da realidade.

Compreende-se, ainda, que a exposição nos espaços comunicacionais da vivência de um sujeito estigmatizado e das dificuldades por ele enfrentadas pode atuar como modo de tornar visíveis as trajetórias de muitos (THOMPSON, 2012). Entretanto, as experiências das prostitutas encontram pouco espaço nos conteúdos analisados e quando aparecem costumam ser expostas seguindo um padrão que busca explicar sua “queda” no mercado do sexo e apresentar seu rendimento mensal como forma de justificar sua escolha, visto que os ganhos financeiros citados costumam ser mais altos do que essas mulheres receberiam em outras ocupações. Observa-se, então, que há muitas pessoas falando sobre prostituição, mas poucas são as vozes prostitutas contempladas. Assim sendo, compartilhando dos entendimentos de Ronaldo Henn (2006) de que os nossos conhecimentos sobre o mundo são elaborados tendo como referência o que é exposto ou excluído dos espaços comunicacionais, sendo os coletivos mais marginalizados submetidos a licenciamentos midiáticos acerca de suas memórias, concebe-se que as ideias circulantes a respeito da prostituição são construídas predominantemente por sujeitos que não partilham dessa realidade e que muitas vezes sequer se aproximam dela. Com frequência, como se constata pela análise realizada, as prostitutas são suprimidas das discussões que as afetam, como é o caso da regulamentação da atividade como profissão.

Baseando-nos nas considerações de Verônica Figueiredo e Dione Moura (2013), que discorrem sobre o silenciamento das vozes indígenas nas notícias que falam a respeito desses povos, pensamos que o desinteresse ou a falta de esforço para que as prostitutas também sejam fontes permite que os sentidos acerca

da prostituição sejam construídos por outros sujeitos e instituições. Quando o assunto é tematizado, repetidamente são exibidas representações elaboradas por outros grupos, e, por vezes, encontra-se a ideia de que as prostitutas não podem ser consideradas racionais e autônomas, por não terem consciência da opressão que sofrem e, assim sendo, é provável que também não sejam vistas como fontes qualificadas para falar sobre si próprias. Nesse sentido, observa-se que, mesmo que os cidadãos estigmatizados possuam habilidades e recursos para se pronunciar, “suas visões podem ser desconsideradas, uma vez que preceitos profundamente arraigados podem impedir que seus argumentos sejam efetivamente valorizados” (MAIA, 2008, p. 213). Entendemos, então, que a ausência de suas opiniões acaba repercutindo nas informações que são postas em circulação sobre as vidas das trabalhadoras do sexo.

A visibilidade das narrativas das prostitutas nos espaços comunicacionais se constitui como meio para que, contemplando a singularidade dos sujeitos, a heterogeneidade do grupo e a complexidade do fenômeno sejam publicizadas e, então, incorporadas aos debates sobre o tema da prostituição e de sua regulamentação. Ponderando que não aparecem com frequência como fontes em conteúdos comunicacionais, pode-se refletir acerca da pertinência de que os próprios movimentos organizados de prostitutas colocassem em circulação as narrativas de suas integrantes com o objetivo de difundir outras representações sobre essas pessoas. Nesse sentido, recorremos a autores como Silverstone (2002) e Castells (2003), que ressaltam que a internet possibilita o surgimento de novas vozes nos debates desenvolvi-

dos pelos meios de comunicação e permite que os valores e demandas de grupos específicos e minorias sejam conhecidos por outras pessoas e exerçam influência em instituições e organizações a partir da visibilidade que adquirem. Também Jenkins, Ford e Green (2013) afirmam que o espalhamento das narrativas por meio das tecnologias digitais pode atingir públicos inesperados e angariar novos apoios às causas dos movimentos sociais, atraindo por vezes a atenção dos meios de comunicação tradicionais. Por intermédio da internet, portanto, há diferentes modos para que as opiniões e reivindicações de prostitutas revelem a diversidade de trajetórias e a dificuldade de compreendê-las, categorizando-as fixamente em determinadas posições. Tais relatos ou textos possuem ainda a propriedade de expor as dificuldades de assumir uma identidade estigmatizada.

Contudo, a estigmatização da prostituição é responsável pela clandestinidade da atividade e faz que parte significativa das mulheres com quem convivemos durante a pesquisa pense na visibilidade como um problema, pois têm receio das consequências para suas vidas pessoais, visto que muitas não revelam no que trabalham para os seus familiares. Mesmo quando a família sabe, a exposição midiática pode ser considerada um incômodo – é o caso de Márcia, que, por experiências negativas como militante do NEP, evita o contato com a imprensa. Em 2013, ela teve sua fotografia veiculada em importantes meios de comunicação devido à polêmica gerada por uma campanha do Ministério da Saúde por ocasião do Dia Internacional da Prostituta. Sua imagem aparecia em uma peça para internet ao lado da frase “Sou feliz sendo prostituta”, mas após mobilizações de grupos

religiosos e de deputados da Frente Parlamentar Evangélica, a peça foi retirada da campanha.

Todos os integrantes de sua família próxima sabem que Márcia é prostituta e militante. Mesmo assim, ela se sentiu desconfortável com a circulação de sua imagem por medo de que seus netos pudessem ser alvo de comentários maldosos na escola ou no bairro em que vivem. Com esse exemplo, pode-se verificar, então, que a exposição comunicacional da identidade de prostituta afeta também aos sujeitos que cercam as trabalhadoras do sexo e pode estender a estigmatização e a discriminação a eles.

Ter sido alvo de opiniões negativas na cobertura comunicacional abalou Márcia emocionalmente e reforçou sua desconfiança em relação à imprensa, como pode ser percebido nas declarações a seguir:

Acho que não deveriam ficar rindo das coisas, deveriam comentar sobre o assunto de uma forma positiva, não tudo negativo. Acharam negativo eu ser prostituta e ser feliz, acharam muito negativo isso, por que negativo? Se a prostituição tá em qualquer esquina por aí, ela existe, não é inventada (MÁRCIA, 55 anos de idade).

Porque quando aparece [na mídia] é pra desmoralizar, é pra criticar, aí ninguém quer falar. Eu sou uma, eu não me interesso de ir num programa de TV. Se me convidar, eu não vou. Porque quem tá olhando, além de quem tá te entrevistando, além do programa, que a gente sabe que pode até te dar uma risadinha, mas está pensando "sai dessa vida", que é isso que eles veem. Te olham dos pés a cabeça. E quem tá assistindo é pior (MÁRCIA, 55 anos de idade).

Assim como ela, a entrevistada Alana também não considera que a abordagem do tema nos espa-

ços comunicacionais seja proveitosa. Segundo ela, a prostituição “é uma coisa de cada um”, “é uma coisa da gente, então não acho que tem que comentar”. Já outras entrevistadas demonstraram interesse sobre a possibilidade de que prostitutas compartilhassem suas experiências em espaços comunicacionais. Paola, Raquel e Silvana acreditam que tais iniciativas poderiam ampliar o conhecimento acerca do tema e modificar ideias preconceituosas. Silvana defende que prostitutas poderiam ser mostradas como mulheres trabalhadoras, que investem em suas famílias e casas, e não se preocupam somente com festas. Todas elas, porém, apontam a questão da clandestinidade como problemática a ser considerada, pois a exposição de seus rostos ou nomes pode prejudicá-las ou ampliar a discriminação para outras instâncias de suas vidas:

Eu gostaria. Eu até iria, só que, claro, não mostrar meu rosto né. Eu iria, eu gosto de falar. É bom ter palestras, passeatas, essas coisas, pro povo ir abrindo a mente e largando as prostitutas de mão (PAOLA, 29 anos de idade).

Eu fico na dúvida se não seria muita exposição para quem trabalha com isso, mas talvez as pessoas conseguissem ter um pouco mais de conhecimento, né (RAQUEL, 23 anos de idade).

Importante [a visibilidade] é, mas eu não tenho certeza se muitas vão colocar a cara a tapa, porque acho que 99% das mulheres que trabalham com prostituição não é escancarado, não é todo mundo que sabe. Seria muito importante para ver que a prostituição não é só pra bagunça, é pra sustentar uma família mesmo, pra remédio, roupa, calçado, comida. Seria importante, mas eu duvido muito que elas aceitassem falar (SILVANA, 39 anos de idade).

A análise das falas revelou que esconder seu trabalho de familiares e entes queridos se constitui como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas prostitutas no exercício diário de sua atividade e as leva a criar formas para distanciar sua vida familiar de seu local de atuação. O receio de que possam ser discriminadas ou ter vínculos familiares desfeitos é motivo para que permaneçam na clandestinidade e evitem a visibilidade comunicacional, que poderia ser estabelecida como estratégia de combate ao estigma. Entre as entrevistadas, Ana foi a única que já havia pensado em relatar suas experiências como prostituta na internet. Ela afirma ter iniciado um blog e escrito alguns textos resgatando suas primeiras histórias na prostituição, mas problemas em seu computador a impediram de continuar. Para ela, mais do que um meio para informar outras pessoas sobre a prostituição, o blog possuía a função de um diário em que ela podia organizar suas memórias.

Considerações finais

A partir da pesquisa realizada, foi possível identificar ainda que, institucionalmente, a comunicação não é percebida pelas militantes do NEP como ferramenta para o combate à discriminação. Embora as entrevistadas demonstrem interesse em relatar suas vivências e percebam as potencialidades da visibilidade, a produção de conteúdo comunicacional não é uma iniciativa delas e tampouco é algo que elas busquem na internet. Além disso, embora a internet possibilite a publicação de conteúdo sem a necessidade de que seus nomes e rostos sejam revelados, o receio de que sua ocupação seja conhecida ou de que seus familiares sejam expostos as afasta desse

instrumento de representação de si mesmas. É pertinente levar em conta que, como coloca Fernanda Bruno (2004) ancorada em Foucault, tornar visível o indivíduo desviante faz que ele seja constantemente relacionado a uma identidade específica, com frequência marginalizada, que pode piorar suas condições de vida. Enquanto poucas pessoas de suas relações conhecem sua atividade laboral, as prostitutas conseguem manejar suas representações de si próprias e, como coloca Goffman (1988), controlar as informações para encobrir o que as torna alvo de discriminação. A partir do momento em que sua identidade estigmatizada é visibilizada publicamente em um espaço comunicacional, os sujeitos precisam lidar com essa nova situação em que qualquer indivíduo pode reconhecê-la e sentir-se no direito de julgá-la.

A estigmatização reforça a invisibilidade pública dessas pessoas, que raramente são questionadas sobre suas próprias vidas e que se mantêm na clandestinidade para evitar a humilhação pública que a visibilidade pode trazer. Como pontua Costa (2004), a invisibilidade pública coloca os sujeitos em uma posição de rebaixamento social e político e a humilhação social, fenômeno constitutivo dessa invisibilidade, é expressão da desigualdade política em que os sujeitos são excluídos dos âmbitos da iniciativa e da palavra, o que influencia seus afetos, seus pensamentos, suas ações e seus corpos.

Ao refletirmos sobre o papel da comunicação na construção da realidade e pensarmos que os enquadramentos comunicacionais elaborados e postos em circulação possuem a potencialidade de contribuir para a transformação de situações de desigualdade ocasionadas pelas diferenças sociais, consideramos

que há espaço para que comunicadores, especialmente jornalistas, considerem suas narrativas na elaboração de textos – respeitando as particularidades e sensibilidades que envolvem a divulgação de seus dados e imagens – para que essas pessoas possam passar a ser vistas como cidadãs, como protagonistas de suas histórias e agentes de suas vidas. A divulgação de suas narrativas e a consequente construção de outros enquadramentos comunicacionais sobre a prostituição, portanto, ao retirá-los da invisibilidade pública, pode ter um papel relevante para que a clandestinidade não seja mais necessária.

Referências

AGUSTÍN, Laura. **Prostitution Law and the Death of Whores**. In: The Naked Anthropologist, 2013a. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/prostitution-law-and-the-death-of-whores-in-jacobin-magazine>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

_____. **Stigma and disqualification are not the same as hatred and fear**. In: The Naked Anthropologist, 2013b. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/stigma-and-disqualification-are-not-the-same-as-hatred-and-fear>. Acesso em 22 de julho de 2015.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 110-124, jul. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COGO, Denise. A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. **Revista Intercom**, São Paulo, n. 33, n.1, p. 81-103, jan./jun. 2010.

_____. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. In: COGO, Denise; HUERTAS, Amparo; ELHAJJI, Mohammed (org.). **Diásporas**,

migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Univeristat Autònoma de Barcelona, 2012.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.

FIGUEIREDO, Verônica; MOURA, Dione. Silenciamento e ausências: a saúde dos povos indígenas na mídia impressa brasileira. **Comunicologia** – Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília. Brasília, v. 6, n. 2, p. 69-90, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GREGORIO GIL, Carmen. Mujeres inmigrantes: colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**. Madri, n. 104, p. 42-54, jul. 2009.

HENN, Ronaldo. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Fronteiras** – estudos midiáticos. São Leopoldo, v. 3, p. 177-184, set./dez. 2006.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable Media** - creating value and meaning in a networked culture. Nova York: New York University Press, 2013.

JULIANO, Dolores. **La prostitución:** el espejo oscuro. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

_____. **Excluidas y marginales:** una aproximación antropológica. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

MAIA, Rousiley, 2008. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia:** problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MARTINS, Carolina. Prostitutas defendem legalização da profissão: "Estariamos mais seguras". **R7**, 23 de março de 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/prostitutas-defendem-legalizacao-da-profissao-estariamos-mais-seguras-23032014>. Acesso em 3 de novembro de 2015.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. III, n. 1, p. 5-15, jan./abr.2006.

OLIVAR, José Miguel. **Devir Puta**: Políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

PHETERSON, Gail. **El prisma de la prostitución**. Madri: Talasa Ediciones, 1996.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Iara Ilgenfritz da. **Direito ou punição?** Representação da sexualidade feminina no Direito Penal. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Introdução. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2012.

Natália Ledur Alles Correio

Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
É jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, membro do grupo de pesquisa Interculturalidade, Cidadania, Comunicação e Consumo. E-mail: natalia.alles@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/4543080872753028